



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 3 • nº 24 • 03 a 09/09/2006 • ISSN 1809-6182

Resenha

07/09/2006 - Consequências da nacionalização do gás e do petróleo na Bolíviap.01

O Decreto de nacionalização do gás natural e do petróleo, expedido há 4 meses na Bolívia, acabou por não ter muitas implicações nas relações comerciais Brasil-Bolívia e, principalmente, não afetou o fornecimento do gás para o Brasil.

Consequências da nacionalização do gás e do petróleo na Bolívia

Resenha
Desenvolvimento / Economia e Comércio / Integração Regional

Raphael Rezende Esteves
07 de setembro de 2006

O Decreto de nacionalização do gás natural e do petróleo, expedido há 4 meses na Bolívia, acabou por não ter muitas implicações nas relações comerciais Brasil-Bolívia e, principalmente, não afetou o fornecimento do gás para o Brasil.

Passados 4 meses do Decreto de nacionalização do gás e petróleo bolivianos, constatam-se poucos impactos para o Brasil da medida anunciada pelo Presidente boliviano, Evo Morales, no dia 1º de maio de 2006.

Logo após a tomada de decisão unilateral boliviana, a Petrobras – empresa estatal brasileira responsável por grande parte das atividades relacionadas à exploração de gás e petróleo na Bolívia, como produção, distribuição e refino – assumiu a posição de não aceitar qualquer aumento de preços e também suspendeu os investimentos na Bolívia, posição esta sustentada desde então.

Entretanto, podem-se apontar duas consequências advindas do Decreto de nacionalização. Primeiramente, a partir do dia 1º de julho, a Petrobras não mais seria responsável pela distribuição atacadista (postos de gasolina e óleo diesel) assim como a importação de derivados de petróleo, estando estas funções a partir daquela data sob responsabilidade da empresa estatal boliviana Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB).

Em segundo lugar, ainda que não tenha havido reajustes no preço do gás, os tributos aplicados para as empresas que atuam na exploração do gás foram

aumentados. Anteriormente à nacionalização, o imposto que incidia sobre esta atividade era de 50%, tendo sido aumentado para 82%. Percebido como o primeiro ganho expressivo da decisão tomada por Morales, o aumento do imposto garantiu à Bolívia o recebimento de US\$ 32,3 milhões no último dia 1º de setembro. As empresas responsáveis pelo pagamento – Petrobras, Repsol YPF e TotalFinaElf – ainda terão de pagar as demais parcelas do ajuste fiscal, programadas para os dias 11, 18 e 25 de setembro e 2 de outubro.

Em relação ao estabelecimento de um novo patamar para o preço do gás, a Petrobras acordou com o Ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia, Andrés Solíz Rada, no último dia 11 de agosto, o adiamento da resposta em 60 dias. Segundo o Ministro, caso não se consiga chegar a um acordo bilateral, o caso será submetido à arbitragem internacional. O governo boliviano quer aumentar o preço atualmente pago pelo Brasil, US\$ 4 por milhão de BTUs¹, para US\$ 7,50. Contudo, o Decreto de nacionalização prevê um prazo de 6 meses para o estabelecimento de um acordo sobre o preço a ser pago

¹ British Thermal Unit, medida de energia; cada BTU equivale a 26,8 metros cúbicos de gás.

pelas empresas exploradoras dos hidrocarbonetos.

Na tentativa de atingir um acordo mais rapidamente, o Vice-Presidente boliviano, Álvaro García Linera, visitou o Brasil no final de agosto. As negociações entre a Petrobras e o governo boliviano estavam suspensas desde junho, fruto do posicionamento firme da empresa brasileira na não aceitação de alterações no preço que contrariem os contratos previamente assinados. Tais negociações devem ser retomadas no início de setembro.

Em resposta aos críticos que apontam resultados pouco expressivos oriundos da nacionalização decretada por Morales, o Superintendente de Hidrocarbonetos da Bolívia, Víctor Hugo Sáinz, argumenta que esse processo pode levar até 20 anos. Sáinz aponta que os resultados esperados não seriam atingidos em 180 dias, referindo-se ao prazo que as empresas teriam para adequarem-se às novas condições de exploração e comercialização.

Somados à falta de resultados da política de nacionalização, problemas internos da Bolívia acabam por fazer com que Evo Morales tenha que lidar com a maior onda de protestos de seu governo. Motoristas de ônibus e de táxis, professores, servidores da previdência social e trabalhadores fizeram greves recentemente, reivindicando questões específicas a cada grupo, como alteração do critério de multas de trânsito ou a nova lei da educação.

Registrou-se também a interrupção do envio de gás da Bolívia para a Argentina, no dia 29 de agosto, fruto de medidas tomadas por grupos indígenas. Tal interrupção teve como causa a aplicação de medidas por parte da alfândega argentina que limitavam as visitas e as compras de cidadãos bolivianos em território argentino. No dia anterior, índios guaranis ocuparam as reservas de gás e petróleo na região do Chaco, a 700

quilômetros ao sul de La Paz. Objetivando interromper o fornecimento de gás ao Brasil, os índios reivindicavam verbas prometidas pelas empresas exploradoras de gás e petróleo da região – Petrobras, Repsol YPF e Total – em compensação por danos ambientais. Entretanto, em ambos os casos, houve retorno à normalidade rapidamente, sendo que, no caso da tentativa contra o fornecimento para o Brasil, a interrupção não chegou sequer a ser bem sucedida e a exportação do gás para o Brasil continuou normalmente.

Após comprometer as relações com um grande investidor na Bolívia, a Petrobras, Morales parece usufruir de seu alinhamento à Venezuela, conseguindo transferência de capital para o seu país, além de investimentos vultuosos. Já estão programadas as construções de instalações militares por parte da Venezuela na Bolívia, além da melhora do material bélico e o treinamento de engenheiros para a construção de estradas. O governo venezuelano irá comprar também US\$ 100 milhões em bônus na Bolsa boliviana, como forma de aliviar o déficit orçamentário do país.

Em uma análise de curto prazo, percebe-se que as medidas de nacionalização não trouxeram resultados expressivos para a Bolívia, principalmente pelo fato de o país ter comprometido suas relações com a Petrobras, que foi o maior investidor individual no país e planeja nos próximos anos duplicar seus investimentos no exterior. No longo prazo, o país de Evo Morales deverá ser capaz de captar o montante necessário para gerir os recursos nacionalizados, assim como para investir no processo de exploração. Isso tudo de forma a gerar ganhos consideráveis à população, que já demonstra menor nível de aprovação ao governo. Aparentemente, a Venezuela irá contribuir para o desenvolvimento boliviano, assim como tem demonstrado recentemente a aproximação dos dois países, porém, o apoio da Venezuela deverá ser capaz de contrabalancear os efeitos negativos

causados pela nacionalização, como a dificuldade de atrair novos investimentos.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

O Globo

<http://oglobo.globo.com>

La Razon

<http://www.la-razon.com>

La Nación

<http://www.lanacion.com.ar>

Ver também:

25/05/2006 - [Panorama econômico da Bolívia](#)

18/05/2006 - [Nacionalização boliviana e a estratégia negociadora brasileira](#)

17/05/2006 - [A Bolívia e o contexto regional](#)

10/05/2006 - [Evo Morales decreta nacionalização da produção de gás e petróleo na Bolívia](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>